



MARIA RITA DE HOLANDA

Paulo Lôbo  
*Prefácio*

**PARENTALIDADE**  
ENTRE A REALIDADE SOCIAL  
E O DIREITO

2ª edição revista, ampliada e atualizada

7

Esta obra aborda a análise da autonomia parental no ordenamento jurídico brasileiro e a sua interface com a realidade social, ressaltando possíveis limites ao exercício do planejamento familiar para projetos parentais que não atendam ao valor jurídico da solidariedade, e a conseqüente relativização de projetos individuais. Analisa sobretudo os costumes da sociedade brasileira, por meio das posturas em decisões judiciais, provimentos administrativos e resoluções deontológicas, que avançam em novas perspectivas, mas invadem a reserva legal. A autonomia da vontade, a autonomia privada e a autonomia existencial são apresentadas em suas vertentes para a conscientização de projetos parentais com base valorativa na dignidade humana, na liberdade e na igualdade material de gênero.

**Área específica**

DIREITO CIVIL

**Áreas afins**

BIOÉTICA E BIODIREITO.

**Palavras-chave**

Parentalidade – solidariedade – autonomia

**FORMATO:** 14,5 x 21,5 cm  
**CÓDIGO SANKHYA:** 3555

H772p Holanda, Maria Rita de

Parentalidade: entre a realidade social e o direito -- 2. ed. -- / Maria Rita de Holanda. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

288p. 14,5x21,5cm

Coleção Fórum Direito Civil e seus desafios contemporâneos, v. 7

ISBN da coleção: 978-85-450-0675-6  
ISBN impresso 978-65-5518-848-6  
ISBN digital 978-65-5518-850-9

1. Parentalidade. 2. Solidariedade. 3. Autonomia. I. Título.

CDD 342.085  
CDU 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

HOLANDA, Maria Rita de. *Parentalidade: entre a realidade social e o direito*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. (Coleção Fórum Direito Civil e seus desafios contemporâneos, v. 7). 288p. ISBN 978-65-5518-848-6.

## MARIA RITA DE HOLANDA

Doutora em direito civil pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre em direito civil pela PUC-SP, com pós-doutorado pela Universidade de Sevilla/ES e pela Mediterranean International Centre for Human Rights Research (MICHR), professora da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e da Universidade de Pernambuco – UPE, pesquisadora dos Grupos de pesquisa CONREP – Constitucionalização das relações privadas (UFPE) e Direito civil e ação (UNICAP), advogada.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
COLEÇÃO FÓRUM DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS	
CONTEMPORÂNEOS.....	13
PREFÁCIO	
<b>Paulo Lôbo</b> .....	15
APRESENTAÇÃO	
<b>Marcos Ehrhardt Júnior</b> .....	19
INTRODUÇÃO .....	23
CAPÍTULO I	
PARENTALIDADE SOB DIVERSOS CONTEXTOS .....	35
1.1 Contextualização das convenções parentais .....	35
1.2 Sociedades primitivas e determinação cultural .....	37
1.3 Influência da moral religiosa .....	44
1.4 Modelos legais no Brasil e influências normativas .....	47
1.4.1 As Ordenações Filipinas e as Constituições do Arcebispado da Bahia .....	47
1.4.2 As legislações civis .....	53
1.5 Criança e adolescente – surgimento do sujeito de direito .....	64
1.6 Contexto da história da família europeia e sua influência colonizadora .....	66
1.7 Família brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 .....	70
1.8 Vicissitudes da contemporaneidade – problematizações ao estabelecimento do estado de filiação.....	75
CAPÍTULO II	
PRINCÍPIOS PARENTAIS E INCIDÊNCIA NORMATIVA .....	81
2.1 Princípios constitucionais e sua funcionalidade .....	81
2.1.1 Dignidade humana e da pessoa humana .....	89
2.1.2 Solidariedade familiar .....	93
2.1.3 Liberdade <i>que aprisiona</i> .....	95
2.1.4 Igualdade <i>na desigualdade</i> .....	98
2.1.5 Convivência familiar .....	103
2.1.6 Melhor interesse da criança e do adolescente .....	106
2.1.7 Afetividade .....	109
2.1.8 Parentalidade responsável.....	112
2.2 Elementos fáticos da incidência da norma jurídica vigente .....	115
CAPÍTULO III	
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO BRASIL .....	123
3.1 Bioética principialista e bioética interventiva .....	123
3.2 Técnicas e formas auxiliares à reprodução humana.....	128
3.3 Base constitucional brasileira.....	130
3.2 Regras de intersecção limitadoras aos efeitos das técnicas de reprodução humana assistida.....	139
3.5 Menção e reflexão sobre os efeitos parentais das técnicas nas presunções jurídicas de filiação.....	148
3.6 Dados oficiais da reprodução humana na realidade brasileira .....	157
3.7 Regras deontológicas e administrativas: o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Nacional de Justiça.....	160
3.8 Reprodução humana como fato jurídico.....	172

CAPÍTULO IV	
AUTONOMIA NA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA – VALORIZAÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR .....175	
4.1	As dimensões do critério socioafetivo .....175
4.2	Convivência como fato jurídico .....182
4.2.1	Paternidade/maternidade na lei – adoção e presunções jurídicas....183
4.2.1.1	Adoção.....183
4.2.1.2	Presunções legais – prazos e consentimento expresso na valorização da socioafetividade .....195
4.2.2	Paternidade e maternidade na construção interpretativa da doutrina e jurisprudência.....198
4.2.2.1	Posse de estado de filiação – conduta volitiva implícita pela convivência.....198
4.2.2.2	Adoção à brasileira – convivência volitiva na conduta ilícita (convivência x tipo penal) .....199
CAPÍTULO V	
LIMITES DA AUTONOMIA PARENTAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E A REALIDADE SOCIAL .....205	
5.1	Autonomia da vontade, autonomia privada e autonomia existencial.....205
5.2	Autonomia quantitativa: monoparentalidade e multiparentalidade .....212
5.2.1	Autonomia monoparental .....213
5.2.2	Multiparentalidade.....228
5.2.3	Autonomia na prática da gestação sub-rogada .....239
5.2.3.1	O perigo do turismo reprodutivo.....254
5.2.3.2	O <i>mito do amor materno</i> e a bioética feminista .....260
CONCLUSÃO .....265	
REFERÊNCIAS.....273	